

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. O ESTADO, A DEMOCRACIA E OS MUNICÍPIOS	15
1.1 O Estado – conceito	15
1.2 Exercício do poder democrático	19
1.3 Instrumentos da democracia semidireta participativa no município	28
1.3.1 A audiência pública como forma de participação democrática	30
1.3.1.1 Lei 10.257, de 10 de julho de 2001	30
1.3.1.2 Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 ...	33
1.3.1.3 Lei 8.666, de 8 junho de 1993	35
1.4 Audiências públicas	36
1.4.1 Introdução	36
1.4.2 Finalidade	38
1.4.3 Realização	39
1.4.4 Convocação da audiência pública	42
1.4.5 Eficácia do resultado de sua realização	43
2. O ESTADO FEDERAL	48
3. O ESTADO FEDERAL BRASILEIRO, SUA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	58
4. REVISÃO CONSTITUCIONAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ESTADO MEMBRO E NOS MUNICÍPIOS	64
4.1 Modificações ou mutabilidade constitucional	64
4.2 Sistema constitucional brasileiro	67
4.2.1 Limites	67
4.2.2 Art. 3.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988	70
4.2.3 Inconstitucionalidade de normas constitucionais	72
4.2.3.1 República – Monarquia	77
4.2.3.2 Regimes e sistemas de governo e o Estado geral brasileiro	78

4.2.3.3	Limites à implantação da Monarquia Parlamentar e da República Parlamentar	79
5.	AUTONOMIA MUNICIPAL	85
5.1	Autonomia política	88
5.2	Autonomia administrativa	92
5.3	Autonomia financeira	92
5.4	Regiões metropolitanas	93
5.5	Distrito Municipal – divisão territorial do Município	95
5.6	Criação e extinção do Município	97
5.6.1	Requisitos para criação, incorporação e desmembramento de municípios	98
5.6.1.1	Criação de Municípios por meio de Lei Estadual	99
5.6.1.2	Consulta prévia mediante plebiscito	100
5.6.1.3	Período determinado por lei complementar federal	102
5.6.1.4	Apresentação de Viabilidade Municipal, na forma da lei	102
5.6.1.5	Natureza da disposição constitucional, inserida pela Emenda Constitucional 15/96 e contida no art. 18, parágrafo 4.º da Constituição Federal	105
6.	COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO	107
6.1	Introdução	107
6.2	Lei Orgânica do Município	107
6.3	Medidas Provisórias no âmbito estadual e municipal	119
6.3.1	Introdução	119
6.3.2	Pressupostos	120
6.3.3	Procedimento da Medida Provisória	123
6.3.4	As Medidas Provisórias e os Estados-membros e Municípios	126
7.	PODER EXECUTIVO	134
7.1	Funções do Executivo	134
7.1.1	Princípio da legalidade e a discricionariedade administrativa	135
7.1.1.1	Princípio da legalidade	135
7.1.1.2	Discricionariedade	138

7.2	Prefeito	143
7.2.1	Prerrogativas do Prefeito	145
7.2.1.1	Remuneração	146
7.2.1.2	Férias e licenças	146
7.2.1.3	Foro privilegiado	147
8.	SERVIDOR PÚBLICO	150
8.1	Conceito	150
8.2	Abrangência das normas constitucionais sobre servidores públicos	151
8.2.1	Cargos, empregos e função pública	153
8.2.2	Concurso Público	157
8.2.3	Regime de contratação temporária	159
8.3	Profissionalização da função pública	173
8.3.1	Introdução	173
8.3.2	Princípio da Eficiência Administrativa	176
8.3.3	Profissionalização do Servidor Público	178
8.3.4	Escolas de Governo	182
9.	O MUNICÍPIO E A EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 ..	187
9.1	Estado Federal – estrutura e características	189
9.2	A Educação na atual Constituição	192
10.	FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	201
10.1	Controle das funções principais	202
10.2	Controle interno	204
10.2.1	Recurso administrativo	205
10.2.2	Representação	206
10.2.3	Reclamação administrativa	206
10.2.4	Pedido de reconsideração	207
10.2.5	Prescrição administrativa	207
10.3	Controle externo	208
10.3.1	Competência dos Tribunais de Contas	212
10.3.2	O papel dos Tribunais de Contas em face das reformas constitucionais – controle dos contratos de gestão	213
10.3.2.1	A reforma administrativa	213
10.3.2.2	A colaboração gerencial na administração pública	215

10.3.2.3	As organizações sociais e os contratos de gestão ..	220
10.3.2.4	A fiscalização e controle dos contratos de gestão ..	222
10.3.3	Controle popular	228
11.	POLÍTICA URBANA E PLANEJAMENTO URBANÍSTICO	229
11.1	Considerações gerais	229
11.2	Direito Urbanístico, Estatuto da Cidade e Plano Diretor	232
11.2.1	Direito Urbanístico	232
11.2.2	Estatuto da Cidade	233
11.2.3	Plano Diretor	235
11.3	Responsabilidade patrimonial do Estado por danos decorrentes do planejamento urbanístico	239
12.	MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO AMBIENTAL	246
12.1	A Constituição brasileira de 1988 e a proteção do meio ambiente ..	246
12.2	A repartição de competências no Estado brasileiro	250
12.2.1	Competências privativas	253
12.2.1.1	A competência privativa sobre o meio ambiente ..	257
12.2.2	Competência legislativa concorrente dos entes federativos parciais no contexto da Federação Brasileira	258
12.2.2.1	A competência concorrente e o meio ambiente ...	263
12.2.3	A competência comum na Federação Brasileira	267
12.2.3.1	A competência comum e o meio ambiente	271
13.	GUARDAS MUNICIPAIS E A SEGURANÇA PÚBLICA	276
13.1	Conceitos e aspectos fundamentais	276
13.2	Tratamento constitucional da segurança pública	280
13.3	A crise da segurança pública e as guardas municipais	281
14.	A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL	284
14.1	Superioridade da Constituição	284
14.2	Inconstitucionalidade	286
14.3	Os métodos de controle da constitucionalidade das leis ou atos normativos no Estado Brasileiro	286
14.4	A inconstitucionalidade e a Federação Brasileira	288
14.5	A inconstitucionalidade da lei municipal	290
14.5.1	Controle difuso da constitucionalidade das leis municipais	292
14.5.2	Controle abstrato da constitucionalidade das leis fundamentais	294

14.5.2.1 O controle da constitucionalidade das leis municipais e a repetição de normas constitucionais federais na Constituição do Estado-membro	303
14.6 Arguição de descumprimento de preceito fundamental	312
14.6.1 Preceito fundamental	314
14.6.2 Caráter da arguição	317
14.6.2.1 A arguição e os atos do Poder Público municipal ...	319
BIBLIOGRAFIA	325